

01/01/2014 - Tem de me engolir, afirma 1ª chefe de polícia de São Paulo

(Folha de S.Paulo) Comandante da Polícia Científica, Norma Bonaccorso diz que tenta combater a corrupção - e o machismo - na instituição

Quando Norma Bonaccorso era criança, ela lembra, queria ser cientista ou xerife.

Hoje, aos 54 anos, ela exerce as duas atividades e é dona de um currículo que une formação em biologia com doutorado em direito penal. Tudo feito pela USP.

Ela é a primeira mulher a chefiar a Superintendência da Polícia Técnico Científica, que, ao lado das polícias militar e civil, tem sido considerada a “terceira polícia” do Estado de São Paulo.

Chegou lá como um trator. Afastou cerca de dez pessoas suspeitas de corrupção, conseguiu R\$24 milhões do governo para reformas e aumentou o número de cargos em 64% -não havia concursos para vagas novas desde 1986.

Há resistência por parte de uma polícia que só tem chefes homens? Sim, claro. “Mas isso não é oficial. Manda vir falar comigo que eu quero ver se tem peito. Não tem peito.”

Em seu gabinete, decorada com cactus e com miniaturas de gatos -ela tem três de verdade-, Bonaccorso falou com a Folha.

“Uma vez um delegado me apresentou a um repórter como ‘Dona Norma’. Eu não sou dona, eu sou doutora. Fiz biologia com especialização em toxicologia, fiz direito, mestrado e doutorado em direito penal na USP. Isto é uma forma de reduzir a mulher”.

Folha - Como é ser a primeira mulher chefiando a polícia?

Norma Bonaccorso - É algo bastante solitário. Recentemente eu recebi uma comenda dos heróis de 32 e no evento só tinham homens na mesa. Geralmente é assim. Tem homens que aceitam [uma líder mulher] e tem homens que não aceitam. Entre os policiais, a maioria não aceita.

Como você sabe quando um homem não aceita?

Eles te olham de cima a baixo. Você percebe que ele está pensando “o que essa mulher está fazendo aí?”. Dificilmente há mulheres na liderança na polícia. Dentro da superintendência, só 30% dos postos são femininos. E há muito menos mulheres nos postos de comando.

A senhora já passou por algum episódio desrespeitoso por ser mulher?

Sim, mas não sei se é porque eu sou mulher, porque sou perita ou as duas coisas.

Sempre me vi lado a lado com os homens. Não me sinto fragilizada. A mulher é forte como o homem ou até mais. Tem gente que nem olha quando eu falo. Mas eu falo por cima, eu falo por

último. Tem de me engolir. Aí a pessoa faz aquela cara como se eu nem existisse. O secretário [de Segurança Pública, Fernando Grella] nos deu um assento [nas reuniões sobre segurança pública] e nos trata como a terceira polícia. Eu sento lá e sou mulher.

Já tive notícias de gente que achou um “horror” uma mulher participar desse tipo de reunião. Mas isso não é oficial porque ninguém veio falar comigo. Manda vir falar comigo que eu quero ver se tem peito. Não tem peito.

Alguém já deixou de falar com a senhora nessas reuniões?

Sim. Já participei de uma reunião em que uma pessoa cumprimentou todos os presentes com formalidades e me pulou. Eu acho que foi falta de educação mesmo.

A senhora colocou alguma mulher em cargos de chefia?

Coloquei. Já havia algumas mulheres. Se é competente a gente coloca. Eu não escolho por gênero. Se tiver homem bom, eu coloco também. Se é talhado para o cargo, a gente coloca. Eu não sou preconceituosa com homem.

A senhora tem alguma preocupação com roupa por causa do ambiente masculino?

Tenho. Eu procuro usar roupas que não marquem o meu corpo. Quero que prestem atenção no que eu falo, não no meu corpo. Eu nunca quis chamar atenção para o meu corpo, mas sim para aquilo que sou. Eu sempre uso roupa mais larga. Aqui no Brasil a gente é assim meio açougue [risos]...

Já recebeu alguma cantada no ambiente de trabalho ou os homens ficam intimidados?

Sempre fica a dúvida. Tem gente que cantou, mas é meio grosseiro. Quem canta, não tem noção. Aí é inimputável [risos]! Ou o cara é sutil demais e eu nem percebo. Aí, eu que sou inimputável...

A senhora tem algum lado “mulherzinha”?

Sim, às vezes faço um programa mulherzinha de sábado com minha irmã. Eu vou com ela ao Lar Escola São Francisco, vou no shopping. E vou à Sala São Paulo. Domingo eu durmo. Durmo muito porque eu fico muito cansada. De mulherzinha mesmo... eu vou ao cabeleireiro de vez em quando.

Que polícia a senhora encontrou ao assumir a chefia em abril?

Fizemos um levantamento e encontramos ilhas de excelência e de mediocridade.

Nós éramos um departamento de Polícia Científica dentro da Polícia Civil, que congregava o IML [Instituto Médico Legal], o IC [Instituto de Criminalística] e o Instituto de Identificação, que emite as carteiras de identidade e continuou com a Polícia Civil

Hoje, a Polícia Científica não tem uma escola própria e nem corregedoria própria, por isso que é uma “pseudo-autonomia”. Mas tem autonomia administrativa e financeira. Ela poderia ter crescido e construído mais.

Nós montamos uma pequena equipe enxuta que acabou ficando com uma pessoa só, o perito

Antonio de Carvalho Nogueira Neto para visitar todos os dias ICs e IMLs do [Estado de São Paulo] -que, em muitas cidades, funcionam num mesmo prédio. Ele visitou todas as unidades, mais de cem unidades nos rincões. Fotograava equipamentos, ouvia as pessoas, via a infraestrutura. Ele fez uma radiografia da situação.

O que são as ilhas de mediocridade encontradas?

Não digo mediocridade técnica, mas há uma carência material muito grande.

E então o governo liberou R\$ 24 milhões para obras?

Diante desse relatório, o governador liberou R\$ 24 milhões para obras emergenciais. Começaram a pipocar situações tenebrosas principalmente em IMLs. O Nogueira ia para os locais e dizia: precisa demolir, precisa de um terreno, precisa regularizar, precisa de um projeto etc. Eu negocio orçamento -aqui vem o lado turco [risos]. Depois vêm as licitações.

Nós conseguimos com o governador a criação de cargos -64% do efetivo do nosso pessoal aumentou: perito criminal, médico legista, atendente de necrotério, auxiliar de necropsia, fotógrafo técnico policial e desenhista técnico policial. Eram 3.800 cargos, passamos para 5.200. São 1.800 cargos criados.

Nós não temos uma lei orgânica, estamos dentro da lei orgânica da Polícia Civil. O último concurso que havia sido feito de perito tinha sido em 1986 para preencher cargos que já existiam, por exemplo quando morria alguém.

Que marca a senhora quer deixar na sua gestão?

A luta contra a corrupção. A corrupção é inadmissível. Uma das consequências da corrupção é a injustiça, que são duas coisas indignas.

A senhora pretende fazer ações nesse sentido?

Já estamos criando. Uma das coisas que nós queremos é a normatização dos procedimentos de atendimento, de local, de perícias. Estamos começando a instituir isso tudo. Nós estamos falando de um instituição técnico científica. A perícia é uma referência para sociedade. Precisa ser algo justo. Você assiste o "Jornal Nacional" e ouve todos os dias: "o laudo vai mostrar isso", a "perícia vai revelar aquilo". A expectativa é sobre o que a perícia vai mostrar. Já pensou se a perícia falha? Tudo é a perícia.

A senhora tem estimativa de custo de tudo isso que está pensando implantar?

Não. Mas eu acredito que São Paulo é bem rico. E que merece isso.

RAIO-X NORMA BONACCORSO

IDADE

54 anos

CARGO

Superintendente da Polícia Técnico Científica

FORMAÇÃO

Bióloga e bacharel em direito, com mestrado e doutorado em direito penal pela USP

CARREIRA

Perita Criminal desde 1987, trabalhou no Laboratório de Toxicologia do IML e no Laboratório de DNA do IC

ROGÉRIO PAGNAN

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

Acesse em pdf: [Tem de me engolir, afirma 1ª chefe de polícia de São Paulo \(Folha de S.Paulo - 01/01/2014\)](#)

Nalu Faria fala sobre encontro que reúne mulheres de 48 países em SP e debate direitos e feminismo

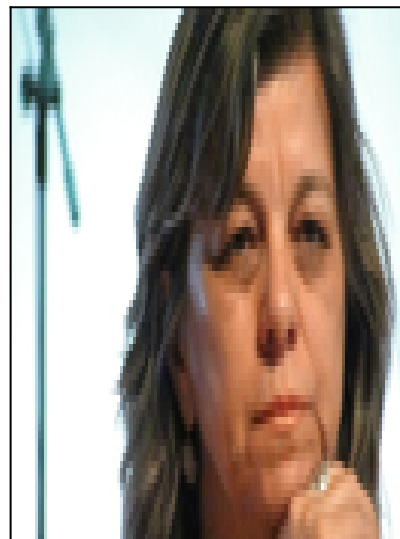
(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão) Teve início neste domingo (25) com a chegada das delegações e a exposição “Feminismo em Marcha” o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres. Pela primeira vez a atividade é realizada no Brasil, onde desde 2006 funciona a coordenação executiva da Marcha.

A abertura oficial acontece hoje às 17h30, no Memorial da América Latina, com a presença da ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

No próximo dia 31, as feministas de mais de 48 países encerrarão o evento com uma caminhada do vão livre do Masp até a Praça da República. O Encontro Internacional reunirá 1600 mulheres, e a manifestação de encerramento deve reunir 10 mil pessoas.

A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 em torno a uma campanha feminista contra a pobreza e a violência. O movimento se inspira em uma manifestação ocorrida em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros pedindo simbolicamente “pão e rosas”. Os principais objetivos da MMM é construir de uma perspectiva feminista o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como bases de uma nova sociedade.

Para falar sobre a agenda e desafios que as organizadoras pretendem discutir no evento, a Agência Patrícia Galvão entrevistou Nalu Faria (psicóloga, coordenadora geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres). Confira a programação [aqui](#).



“As ações específicas como, por exemplo, no enfrentamento da violência contra as mulheres, têm que ser parte de um processo mais geral de mudanças. Por mais que a gente precise atuar no sintoma e nos efeitos, acolher as mulheres que sofrem, punir os homens violentos e assassinos, isso não basta. Temos que criar condições de erradicar as bases da violência, não só sociais, mas as econômicas e culturais também”.

Nalu Faria - secretária executiva da
Marcha Mundial de Mulheres
(11) 99297.6012 / 3819.3876 - nalu@sof.org.br

ENTREVISTA

É a primeira vez que o encontro mundial acontece no Brasil. Qual o significado desse Encontro Internacional para o feminismo e as mulheres brasileiras?

Nalu Faria - Embora seja a primeira vez que o encontro ocorre no Brasil aqui, a Marcha já teve em vários momentos ações que envolveram mulheres de vários países, em particular durante os Fóruns Sociais Mundiais e na abertura da nossa Ação Mundial de 2005, quando fizemos a Marcha de Relevo e a Carta Mundial das Mulheres à Humanidade que viajou diversos países e cujo lançamento foi no Brasil.

Em 2006 o Brasil passou a ocupar a secretaria executiva internacional da Marcha, e este mandato acaba neste ano. Então, a realização do encontro aqui no país tem em particular o significado de poder compartilhar de forma mais concreta e por um tempo mais longo com as mulheres da Marcha do mundo inteiro a nossa experiência de luta feminista, por isso inclusive modificamos o formato do encontro, que em geral são menores e mais curtos.

Vamos fazer o encontro de delegadas, observadoras e convidadas, que reunirá em torno de 200 mulheres, e em paralelo uma reunião de brasileiras com convidadas latino-americanas e europeias, para que as brasileiras se apropriem mais do que é a Marcha em nível internacional. Então teremos dois encontros que se juntam em alguns momentos.

Ao mesmo tempo, o objetivo também é de ter um posicionamento forte sobre o feminismo para a sociedade neste momento. Com as características da Marcha, que se organiza muito a partir de mulheres da base em vários países da Ásia, África e da América Latina, com a participação muito marcante de mulheres camponesas, indígenas, populares, negras, no nosso país quilombolas, e ao mesmo tempo muitas jovens.

A pauta do Encontro é extensa. Começamos nossa ação com a consigna contra a pobreza e a violência.

Depois organizamos o que a gente chama de quatro campos de ação: trabalho e a autonomia econômica para as mulheres, a vida sem violência, bens comuns e serviços públicos, e paz e desmilitarização.

E como trabalhamos todos esses temas em uma perspectiva feminista, antissistêmica, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anti-lesbofóbica, estamos sempre com uma agenda que quer ter um olhar para a mudança global da sociedade. Ou seja, das relações sociais e do modelo em que a gente vive. Nesse sentido, o encontro contribui para esse posicionamento perante a sociedade como um todo e os meios de comunicação, o que nos ajuda no debate com a população.

Entre as pautas prioritárias do encontro estão a erradicação da pobreza e da violência contra a mulher. Que agenda, propostas e reivindicações, vocês pretendem pautar junto à sociedade após o encontro?

A Marcha tem uma discussão antiga, sobre violência como parte do sistema de dominação, que consideramos pautar perante a sociedade e governos. O que nos coloca o desafio de que as ações específicas como, por exemplo, no enfrentamento da violência contra as mulheres, têm que ser parte de um processo mais geral de mudanças. Ou seja, por mais que a gente precise atuar no sintoma e nos efeitos, acolher as mulheres que sofrem, punir os homens violentos e assassinos, isso não basta. A gente tem que criar condições de erradicar as bases da violência, não só sociais, mas as econômicas e culturais também. Todas essas questões têm que estar conectadas a um processo de fortalecimento da autonomia das mulheres, não só econômica, mas também cultura, do que significa ser mulher, de poder pensar a vida como sujeitos, desvinculadas da ideia de fragilidade feminina.

Por exemplo, quando na Marcha atuamos com o tema da paz e desmilitarização, não estamos querendo falar só dos territórios em conflito. Estamos falando da desmilitarização no cotidiano da nossa sociedade, que cada vez mais se militariza através das políticas, serviços de segurança privada, e cria uma cultura de controle sobre as vidas das pessoas.

E sabemos, temos dados, análises, que confirmam que quando a militarização da sociedade aumenta, cresce também a violência contra as mulheres. Isso está conectado a uma linguagem, uma cultura, uma representação, ao reforço da ideia de fragilidade das mulheres e do controle sobre elas, assim como em relação aos negros e jovens, e todos os que sofrem uma opressão que nos torna mais vulneráveis na sociedade.

Então, o tema da desmilitarização é um tema para todas as sociedades e países.

Outro elemento que levantamos com muita força é o que significa a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que passa pela forma como o trabalho das mulheres é explorado, como o tempo e o trabalho são utilizados, como recursos inesgotáveis.

E, ao mesmo tempo, de uma sociedade que através de um padrão de beleza e de uma exigência de um corpo perfeito controla o tempo todo o corpo das mulheres afirmando que nosso corpo tem que ser modificado, e que nos deixa vulneráveis a mais violência. Então, o papel da Marcha é lidar com a questão da violência nesse âmbito mais geral.

O Brasil vive um contexto de ofensivas às liberdades individuais e direitos sexuais e reprodutivos - ações contrárias ao direito ao aborto previsto por Lei, o Estatuto do Nascituro, um forte discurso anti-homossexual em contraposição a um “modelo” de família heterossexual e chefiada pelos homens. Como o encontro pode ajudar no enfrentamento a essa realidade?

Primeiramente, o que faz a gente mudar nossa realidade é mostrarmos nossa força como organização, como mulheres que estão se organizando e vão resistir sempre a esses ataques. O fato de ser um movimento internacional, com mulheres de países e regiões tão diferentes, com realidades econômicas, sociais, culturais tão distintas, que conseguem construir uma pauta conjunta e estão conectadas a ações internacionais, ajuda a demonstrar essa força.

De outro lado, vamos envolver companheiras latino-americanas nas mesas de debates sobre esses temas

na parte do encontro que discutirá o Brasil, justamente com essa abordagem de buscar construir vínculos, aprender com as experiências umas das outras. Então, no dia 28 vamos discutir nossa trajetória pelas correntes teóricas do feminismo.

No dia 29, vamos ter debates temáticos (aborto, comunicação, cultura, soberania alimentar, trabalho). E no dia 30 debateremos nossas práticas, quando queremos trabalhar muito como temos atuado, qual o significado de cada forma de atuação nossa, como a resistência das companheiras da Chapada do Apodi, as ações dirigidas para orientação das mulheres no uso do misoprostol.

E, a partir daí, a gente tem muita vontade de buscar estratégias de ação comum, em nível latino-americano, não só da Marcha, mas também com outros setores, em relação ao direito ao aborto, um dos pilares da nossa opressão. Esse tema está sob ataque também na Europa, mas na América Latina, à exceção do Uruguai, temos uma situação muito comum de pressões no sentido de fazer retroceder direitos e nos forçar a uma agenda de resistência, para impedir retrocessos. Os opositores dos direitos das mulheres buscam nos manter ocupadas com a agenda deles, e não com a nossa. Então, temos que criar uma estratégia para fugir dessa armadilha.

A gente teria que conseguir articular na América Latina uma pressão coletiva - apesar das dificuldades da agenda extensa, dos poucos recursos, e também porque, contraditoriamente, de certa forma caiu um pouco a centralidade da articulação regional. Temos que conseguir no movimento de mulheres ter um processo de articulação e uma capacidade de desenvolver ações comuns e articuladas para ter capacidade de pressão sobre os governos e esses espaços de debate multilateral. E, obviamente, em conjunto com a agenda do direito ao aborto temos também, a da liberdade sexual, o direito de decidir em relação à sexualidade, a questão dos direitos das lésbicas, as políticas públicas, a questão das jovens, das mulheres negras e do campo.

Em nível internacional, por exemplo, os temas do aborto e da sexualidade estão inseridos no campo de ação pelo direito de viver sem violência, que é o direito de viver livre da coerção e com liberdade de decisão.

Como vocês trabalham para definir estratégias em relação à discriminação e a violência considerando a diversidade cultural dos países em que a MMM atua no mundo?

É uma intervenção vinculada segundo as condições de cada país. Tem lugares onde os governos são absolutamente autoritários ou não há nem muito a ideia de um Estado. Então, é muito diferente a forma de atuação e de como as mulheres conseguem demandar direitos do Estado. Em muitos lugares, elas estão resistindo a governos autoritários, ditatoriais, etc. Esse é o nosso grande desafio, inclusive para poder problematizar com as agências multilaterais, porque também quando se fragmenta um tema ou ação a gente às vezes acaba pensando medidas que não dão conta da complexidade das questões. No tema da violência, muito mais.

Há temas que ainda são absolutamente tabus. Por exemplo, o estupro e o abuso sexual de meninas em família - pelo tio, o irmão, o pai. Sempre que a gente toca no abuso sexual cria-se um grau de estranhamento como se não estivéssemos falando de algo que é do cotidiano das pessoas. Isso é uma demonstração de como ainda não se mexe no núcleo da estruturação da violência. Se as agências multilaterais, inclusive a ONU Mulheres, tivessem esse olhar mais amplo avançaríamos muito mais no debate. Mas o problema é que quando nossas questões entram em debates no sistema ONU tudo vira uma planilha de planejamento, perdendo a dimensão das relações e do conflito. Essa é uma contradição que temos até para lidar com o debate das políticas desses organismos.

Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira parece avançar na percepção da importância da maior participação das mulheres na política. Pesquisa realizada em abril pelo Ibope/Instituto Patrícia Galvão apontou que 80% da população considera importante a paridade nos legislativos e 74% avaliam que só há democracia de fato com mais mulheres nos espaços decisórios. Gostaria que você comentasse esses dados.

Claro que queremos paridade e mais mulheres participando, mas há duas questões anteriores a debater.

Uma delas é em que sistema político, porque no atual sistema vai significar incorporar apenas algumas mulheres, manter e aprofundar uma hierarquização entre as mulheres porque não são todas que vão entrar nas listas partidárias. Então, ou a gente avança numa real democratização dos estados e num outro sistema político de poder, que tenha mais relação com o poder popular, com os espaços de democracia direta e assim por diante, ou vamos criar uma ilusão de que chegamos à igualdade.

O patriarcado continua existindo. As mulheres continuam sendo desqualificadas, controladas, trabalhando mais.

O segundo elemento, além da mudança do sistema de poder, é como mudar a relação da produção e da reprodução, e sua relação com o trabalho doméstico. Porque enquanto as mulheres continuarem sendo as quase únicas responsáveis pelo trabalho de cuidados e do trabalho doméstico, não estarão dadas as condições de igualdade para as mulheres.

O que tem acontecido hoje é - no pouco espaço de participação que as mulheres têm - uma brutal sobrecarga. As mulheres que podem por sua condição financeira, terceirizam ao máximo os serviços domésticos para outras mulheres. Nessa lógica a maioria das mulheres continuarão sem condições de participar.

E sabe-se que essa é uma realidade, especialmente nos países latino-americanos, que é reforçada pelo racismo - seja em relação às negras ou às indígenas, embora, claro, exista uma parcela significativa de mulheres brancas pobres também. Na Europa, esse debate passa pelo combate à imigração, e assim por diante.

Mesmo entre as mulheres pobres, algumas estão mais sobrecarregadas que outras como, por exemplo as avós que criam netos e até bisnetos. Em relação às mulheres negras há uma histórica sobrecarga. Uma mulher negra que consegue ter um salário estável, mesmo que como empregada doméstica, tem que redistribuir aquele salário entre várias pessoas da família.

Então, temos que questionar a forma como a sociedade se organiza, questionar a atual forma individualizada de famílias mononucleares, que aparece como modelo. Enfim, mudar o padrão de responsabilização das mulheres. E não estou falando só de creches, restaurantes coletivos, mas de como a sociedade se organiza, de como a sociedade atual sobrecarrega mais individualmente as mulheres.

Então, temos que fazer uma discussão mais ampla sobre a sociedade. Por isso é sempre complexo fazer essa discussão da participação política das mulheres. A paridade é uma ferramenta, mas para dar certo tem que conseguir dialogar e estar inserida em outras mudanças mais gerais.

Serviço

9º Encontro Internacional da Marcha Mundial de Mulheres

25 a 31 de agosto, no Memorial da América Latina

10 milhões de crianças estão em idade de frequentar creches, mas apenas 21% delas

estão matriculadas

(Agência Patrícia Galvão, 16/05/2013) *Maioria das crianças brasileiras estão fora de creches; mulheres apontam criação de vagas como maior demanda ao poder público*

Uma pesquisa realizada pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia revela que a creche é uma das principais demandas das mulheres ao poder público: 88% das entrevistadas apontam a vaga em creche como uma das principais demandas.

Isso porque os dados são alarmantes: 10 milhões de crianças estão em idade de frequentar creches, mas apenas 21% delas estão matriculadas. Em nove regiões metropolitanas e no Distrito Federal, 45% das trabalhadoras não têm ajuda para cuidar dos filhos, e 34% das entrevistadas apontam que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que trabalham.

Outros resultados podem ser conferidos na apresentação da pesquisa: [Creche como demanda das mulheres - DATA POPULAR/ SOS CORPO](#)

Sugestão de fontes sobre o tema:

Creche é essencial para a autonomia das mulheres



Verônica Ferreira - pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. Tels.: 81 3087.2086 / 9932.2794

“A creche é um direito da criança e uma política pública central para promover a autonomia das mulheres, inclusive para a autonomia econômica. A falta de creches para cuidado e educação dos filhos pequenos é um obstáculo à participação das mulheres no mercado de trabalho.”

Desigualdades no mercado de trabalho são latentes



Maria Betânia Ávila - pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. Tels.: 81 3087.2086 / 9915.8211

“A maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho que inclui o cuidado com filhos. Esse cuidado não é igualmente compartilhado seja no interior das famílias ou com o poder público. Continua a ser uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres. Isso traz como consequências desigualdades no mercado de trabalho, tanto para conseguir emprego como no desenvolvimento profissional das que já estão no mercado de trabalho.”

A urgência de regulamentar o direito à creche no local de trabalho.



Maria Malta Campos - pedagoga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. Tel.: (11) 3723.3106 - Email: mcampos@fcc.org.br

“Hoje há uma enorme demanda reprimida por vagas em creche nos grandes centros. A nossa legislação já prevê a obrigação de o poder público oferecer creches a quem a demanda. Mas a creche como um direito social nunca foi regulamentada. Na realidade, muitas creches e berçários que existiam em empresas, públicas e privadas, foram fechados ao longo dos anos. Então esse é um aspecto que pode ser considerado neste momento: não estaria na hora de regulamentar esse direito à creche no local de trabalho, que ficou só no papel?”

Veja também:

>> [Especialistas lamentam autorização do MEC ao fechamento de creches durante as férias](#)

>> [PEC das Domésticas reacende debate sobre as condições de permanência da mulher no mercado de trabalho](#)

PEC das Domésticas reacende debate sobre as condições de permanência da mulher no mercado de trabalho

(Agência Patrícia Galvão, 10/04/2013) Chegou o momento em que a [PEC das Domésticas](#) deve ser regulamentada e colocada em prática, especialistas avaliam que a sociedade brasileira terá grandes desafios: repensar a organização do trabalho doméstico dentro da família, hoje relegado majoritariamente às mulheres; e exigir respostas do Estado ao gigantesco déficit de equipamentos sociais.

A avaliação é que a PEC traz à tona demandas latentes por políticas públicas e aparatos sociais - como aumento de vagas em creches e pré-escolas e ensino público em período integral - para que mulheres, empregadoras e contratadas, possam continuar no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, sair da situação de exaustão em que vivem para dar conta da dupla jornada.

Assim, para além da garantia dos direitos das 7 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil, o impacto da PEC deverá ainda reacender o debate sobre as condições de permanência das mulheres no mercado de trabalho - o que colocará em pauta as responsabilidades do Estado, de empresas e de todos os membros da família com o cuidado da casa, das crianças e dos idosos.

A Agência Patrícia Galvão preparou e selecionou diversos materiais para apoiar a cobertura da imprensa sobre o tema.

As tensões que as mulheres brasileiras enfrentam para poder dar conta da dupla jornada: o trabalho reprodutivo e trabalho remunerado; e o déficit de equipamentos sociais para apoiar a articulação dessas duas esferas de trabalho.



Verônica Ferreira - especialista do tema mulher e trabalho e pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.
Tels.: (81) 3087.2086 / 9932.2794

“No Brasil, diante da falta de políticas públicas voltadas ao trabalho reprodutivo - como creches, educação pública integral, restaurantes populares - há um déficit de equipamentos sociais destinados a apoiar a articulação entre o trabalho reprodutivo e o remunerado. Diante dessa ausência de políticas públicas, uma parcela das mulheres que realizam atividades remuneradas recorreu à contratação de outras mulheres - as empregadas domésticas - para realizarem as tarefas de cuidar. As trabalhadoras domésticas, assim, têm sido fundamentais para garantir a ida de mulheres com um poder aquisitivo maior para o mercado de trabalho.”

Mas as trabalhadoras domésticas também fazem parte do conjunto de mulheres que vivem a tensão permanente para articular o trabalho remunerado e o reprodutivo, e são as que mais sofrem com a falta de aparato social. Ou seja, as empregadas domésticas garantem o suporte para outras mulheres associarem essas duas esferas de trabalho, mas elas mesmas não contam com condições de dar conta dessas duas dimensões da vida. Estamos falando de uma das maiores categorias de trabalhadoras do país. Então, o primeiro grande impacto da PEC é justamente aliviar um pouco a dupla jornada para as próprias domésticas”. [Leia mais](#)

Creches e educação integral são essenciais; a urgência de regulamentar o direito à creche no local de trabalho.



Maria Malta Campos - pedagoga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas. Tel.: (11) 3723.3106 - Email: mcampos@fcc.org.br

“Hoje há uma enorme demanda reprimida por vagas em creche nos grandes centros. É possível que boa parte dessas mulheres mães sejam trabalhadoras domésticas. Se não houver mais financiamento para as prefeituras, acho difícil imaginar que uma lei como a PEC possa influir significativamente no aumento da oferta de creches.

A nossa legislação já prevê a obrigação de o poder público oferecer creches a quem a demanda. Mas a creche como um direito social nunca foi regulamentada. Na realidade, muitas creches e berçários que existiam em empresas, públicas e privadas, foram fechados ao longo dos anos. Então esse é um aspecto que pode ser considerado neste momento: não estaria na hora de regulamentar esse direito à creche no local de trabalho, que ficou só no papel?

Outra questão importante tem a ver com o horário integral. Nem sempre o atendimento à criança pequena é em tempo integral. A maioria das pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos funciona poucas horas por dia. Nos primeiros anos do ensino fundamental é a mesma coisa. Esse é outro tema que merece ser discutido neste momento”. [Leia mais](#)

Em questão as condições de permanência da mulher no mercado de trabalho



Sirlei Márcia de Oliveira - socióloga e coordenadora executiva da Escola Dieese de Ciências do Trabalho. Tel.: (11) 3874.5377 - Email: sirlei@dieese.org.br

“Acho que a PEC coloca um elemento em destaque: a realização do trabalho doméstico tem um custo. Isso talvez faça com que os homens e mulheres passem a olhar para essas atividades com outra preocupação.

A jornada extensa das mulheres que trabalham no mercado não é dupla, é tripla: ela tem que trabalhar, tem que cuidar da família e da casa, e ainda tem que se qualificar muito mais que o homem para garantir as mesmas condições no mercado de trabalho. Ela tem que provar e afirmar o tempo inteiro a sua capacidade para poder competir em condições de igualdade com os homens se desejar a ascensão profissional.

Com a aprovação da PEC, a gente traz à tona todas essas questões que estão relacionadas à permanência da mulher no mercado de trabalho: condições de ampliação da renda, valorização do trabalho no mercado e em casa, necessidade de compartilhar com a família as responsabilidades de manutenção da casa e cuidado dos filhos. Ou seja, todas as mulheres, não só as domésticas, vão pensar também a relação trabalhista delas no mercado de trabalho”.

[Leia mais](#)

Trabalho doméstico precisa ser reconhecido e valorizado



Ana Carolina Querino, coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho do Escritório da OIT no Brasil. Tel.: (61) 2106.4620 - Email: querino@oitbrasil.org.br

“O trabalho doméstico é uma atividade que não tem visibilidade, nem reconhecimento de valor. Então, mesmo que as domésticas realizem isso de forma remunerada, existe uma ideia geral equivocada de que as mulheres teriam um dom natural para desempenhar essas tarefas, e, uma vez naturalizado esse trabalho, cria-se uma noção também equivocada de que ele não exige desempenho, nem qualificação.

A PEC tem uma importância simbólica e prática muito concreta, porque elimina a distinção entre as trabalhadoras domésticas e outras categorias de trabalhadores. Agora, se a PEC por si só estimulará a formalização, eu acho que não, ela precisa ser acompanhada de outras medidas.

Uma ação que poderia contribuir de fato com o aumento da formalização seria trabalhar com a parte cultural, no sentido de promover a valorização do trabalho doméstico, tanto por quem realiza como por quem contrata. E também adotar medidas como as previstas na Convenção 189 da OIT, para facilitar os mecanismos de queixa e a inspeção para reforçar o cumprimento da lei”. [Leia mais](#)

Alguns dados:

>> Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil há cerca de 7 milhões de empregados domésticos: 70% deles não possuem contrato de trabalho formalizado, e nove em cada dez são mulheres.

>> De acordo com a [pesquisa Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#), feita pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia:

- Sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si.
- Três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa.
- Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas.
- A falta de vagas em creches e a melhora no transporte para ir trabalhar foram apontadas como as principais demandas das mulheres para o poder público.

Veja essa pesquisa na íntegra em pdf: [Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#).

[PEC das Domésticas joga luz sobre desafios para a permanência da mulher no mercado de trabalho, aponta socióloga](#)

Para Sirlei Márcia de Oliveira, socióloga e Diretora Adjunta da Escola Dieese de Ciências do Trabalho, com a aprovação da PEC das Domésticas, uma série de questões relacionadas à permanência da mulher no mercado de trabalho pode vir à tona. Condições de ampliação da renda, valorização do trabalho no mercado e em casa, necessidade de compartilhar com a família as responsabilidades de manutenção da casa são pontos que precisarão ser repensados. Avanços nessas frentes, porém, ainda esbarram na divisão sexual do trabalho doméstico e na herança escravocrata do Brasil. Confira entrevista.

(Débora Prado, da Agência Patrícia Galvão) Ainda predomina na sociedade uma cultura de responsabilização da mulher em relação à casa, aos filhos e à família - trabalho muitas vezes invisível, não remunerado e pouco reconhecido. Essa falta de valorização se reflete na profissão das domésticas? Onde estão as raízes da falta de direitos dessa categoria até hoje?

A gente vive uma questão que é cultural e histórica e que não é um privilégio do nosso país, mas que aqui tem uma especificidade grande por termos uma tradição escravocrata. Então tem isso por um lado e, por outro, o trabalho da casa, de cuidado, limpeza e toda sorte de afazer doméstico, juntamente com o cuidado da família, sempre foi relegado à responsabilidade das mulheres. Então, nós viemos de uma trajetória onde essas responsabilidades ficaram relegadas às mulheres, que, muitas vezes, contava com o auxílio de uma escrava.

A gente passa por um processo de evolução e de mudança, onde a mulher começa a participar do mercado de trabalho e essa participação se amplia a partir da década de 1970 com diferentes características. Com a ida ao mercado de trabalho, entretanto, não há uma transformação na divisão e na forma como as famílias se organizam, e, ainda hoje, a gente

pode afirmar que o grosso da responsabilidade é delegado à mulher.

Esse trabalho nunca foi valorizado, está dentro de um conjunto de responsabilidades que as pessoas, de certa forma, naturalizam e ainda vai ser necessário muito tempo e esforço para mudar esse ideário e educar os homens de maneira que eles considerem que realizar uma atividade doméstica não significa sair da categoria de homem, ele pode e deve dividir o trabalho com a mulher.

E, como esse trabalho que a mulher realiza não é valorizado, isso se transfere também para a forma como a própria mulher empregadora enxerga esse trabalho: ela vê como valorizado o trabalho que ela faz fora de casa. Tanto a dona de casa que realiza parte do trabalho percebe que, do ponto de vista da família dela, ela não tem respeito e valorização, como, muitas vezes, isso se transfere pra trabalhadora doméstica.

A PEC garantiu que hoje as trabalhadoras domésticas tenham os mesmos direitos de outras categorias: isso nada mais é que a correção de um grande erro cometido na constituição de 1988, que ampliou os direitos das domésticas, mas as diferenciou dos outros. O trabalho doméstico é um trabalho, isso precisa ser reconhecido. Ele é essencial para a reprodução da sociedade, tanto é que se eu não faço esse trabalho, eu preciso de outra pessoa para fazer.

No âmbito da família, a PEC pode colocar mudanças na divisão de responsabilidades?

Acho que a PEC coloca um elemento: a realização do trabalho doméstico tem um custo. Isso talvez faça com que os homens e mulheres passem a olhar para essas atividades com outra preocupação. Além disso, como garantir determinados direitos vai ter um custo, isso vai afetar possibilidade que algumas famílias apresentam na contratação de uma trabalhadora.

Se para garantir os direitos previstos por lei, uma família tiver que diminuir a quantidade de dias trabalhados, por exemplo, essa discussão sobre a divisão das tarefas pode vir à tona e ser revista. A maioria das mulheres tem o desejo de compartilhar essas responsabilidades. Então, é possível sim que se coloquem em debate os papéis de homens e mulheres na família, e eu espero que isso aconteça.

Os setores que foram contra a aprovação da PEC - alegando a necessidade da contratação do trabalhador doméstico, mas a falta de capacidade para pagá-los com todos os direitos garantidos - deveriam reivindicar políticas públicas, como vagas em creches?

Do ponto de vista do aparato social, a gente precisaria de creche e escola em tempo integral para que essas mulheres que vão pro mercado de trabalho possam ir com certa tranquilidade, sabendo que seus filhos vão ser cuidados e educados. Além disso, a gente precisaria de espaços de lazer também. Eu acho que a gente vai começar a pressionar por isso.

Mas, na verdade, as mulheres que mais necessitam desse aparato social são as de renda mais baixa, porque as mulheres que têm um rendimento maior resolvem a questão do cuidado dos filhos do ponto de vista individual - ela tanto pode pagar uma empregada quanto pode pagar uma boa escola pro filho. As mulheres de baixa renda são as que mais precisam desse aparato social.

Temos um déficit de vagas em creches que, se não me engano, está em torno de 10 milhões. As

mulheres de baixa renda precisam recorrer a uma série de outras estratégias para garantir que seus filhos sejam cuidados - um vizinho, uma amiga, o filho mais velho. As de classes mais altas eu ainda tenho dúvida se elas vão pressionar por esse tipo de aparato, mas talvez elas possam questionar seus próprios salários, exigir a valorização do seu trabalho no mercado.

Com a aprovação da PEC, a gente traz a tona todas essas questões que estão relacionadas à permanência da mulher no mercado de trabalho: condições de ampliação da renda, valorização do trabalho no mercado e em casa, necessidade de compartilhar com a família as responsabilidades de manutenção da casa, etc. Mas, vem também à tona uma reação da classe média de desrespeito e desvalorização do trabalho por conta dessa herança escravocrata que eu mencionei, afinal, muitas pessoas tem condição de pagar o registro em carteira e não o fazem - por que?

Quais os desafios que a mudança na relação trabalhista com a empregada doméstica coloca para a sociedade brasileira e em especial para as mulheres?

O maior desafio é considerar que a trabalhadora doméstica é uma trabalhadora como outra qualquer, elas mesmas falam isso. Qual a diferença do trabalho que elas desenvolvem do que um pedreiro, um vidraceiro, uma recepcionista, seja lá quem for, desenvolve?

Não adianta as pessoas dizerem que é um trabalho desenvolvido dentro de casa, que é uma relação de confiança, que a trabalhadora doméstica é parte da família - isso nada mais são que tipos de subterfúgios para poder transformar uma relação de trabalho numa relação de exploração.

Nesse momento, a sociedade está saudando uma dívida em relação à exploração e ao desrespeito com o trabalho dessas mulheres. O desafio que fica é buscar garantir os direitos dessas trabalhadoras. Isso não é simples e talvez leve as mulheres a fazerem outras disputas, como a de exigir também mais respeito pelo trabalho desenvolvido no mercado, de melhorar o rendimento, brigar por mais aparatos sociais, batalhar em uma determinada categoria para ter um auxílio creche, etc.

Ou seja, todas as mulheres, não só as domésticas, vão pensar também a relação trabalhista delas no mercado de trabalho. Além, claro, de ter que redesenhar os atuais arranjos familiares da responsabilidade pelo cuidado da casa e da família.

Você mencionou o papel das empresas nesse cenário, poderia falar um pouco mais do papel do setor privado na tensão entre trabalho doméstico e remunerado?

Para as mulheres se manterem no mercado de trabalho e garantirem condições mínimas de igualdade em relação aos homens, as empresas exigem que ela se dedique muito mais e de maneira quase exclusiva, praticamente full time.

Essa jornada extensa dessas mulheres não é dupla, é tripla: ela tem que trabalhar, tem que cuidar da família e da casa, e ainda tem que se qualificar muito mais que o homem para garantir as mesmas condições no mercado de trabalho. Ela tem que provar e afirmar o tempo inteiro a sua capacidade para poder competir em condições de igualdade com os homens se desejar a ascensão profissional.

A partir do momento que as empresas passarem a perceber que a responsabilidade pela casa e família é de homens e mulheres, então, a necessidade de faltar eventualmente, chegar mais

tarde, não poder viajar a qualquer momento vai ser mais aceita e isso vai facilitar a vida da mulher. Essa é uma construção a ser feita: os homens precisam ser considerados tendo as mesmas responsabilidades para reprodução social que as mulheres. E os homens que estão em cargo de liderança precisam estar sensíveis a essa questão.

Aí vamos ter que discutir auxílio creche também para os homens, uma licença paternidade maior, etc. E isso tiraria uma sobrecarga de responsabilidades que hoje estão relegadas a mulher.

E é preciso lembrar que mulher trabalhadora doméstica também tem filho, também tem família e, portanto, também precisa ter as condições de conciliação entre essas duas esferas de trabalho garantidas.

Existem propostas de redução da jornada de trabalho no Brasil de 44 horas para 40 horas semanais. Políticas públicas nesse sentido poderiam contribuir para aliviar a dupla jornada de mulheres brasileiras?

A redução é fundamental para homens e mulheres, mas óbvio que tem efeitos diferenciados para ambos por todas essas questões que estamos discutindo. O trabalho hoje é extremamente estafante, exigente do ponto de vista da produtividade, então, uma jornada de 40 horas semanais já é suficientemente esgotante. Reduzir é pensar na possibilidade de garantir melhores condições de vida e de saúde, e tem inclusive efeitos sobre a produtividade desse trabalhador. Isso é importante independente da PEC.

Agora, se temos a redução para homens e mulheres e ainda passamos a compartilhar melhor as responsabilidades domésticas, aí sim a mulher poderá liberar tempo para se dedicar ao próprio cuidado, ao próprio bem estar - ela poderá ler um livro, ir ao cinema. Ela vai separar um tempo que é necessário para ela mesma, de cuidado dela, e não substituir as horas a menos na jornada do mercado simplesmente por mais trabalho doméstico.

É preciso regulamentar o direito à creche no local de trabalho, recomenda pedagoga

(Débora Prado, da Agência Patrícia Galvão) Maria Malta Campos, pedagoga e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, avalia a relação entre a falta de creches e o trabalho doméstico. Confira.



Creches são essenciais

Hoje há uma enorme demanda reprimida por vagas em creche nos grandes centros. É possível que boa parte dessas mulheres mães seja trabalhadoras domésticas. Se não houver mais financiamento para as prefeituras, acho difícil imaginar que uma lei como a PEC das domésticas possa influir significativamente no aumento da oferta.

Quanto ao vale-creche, alternativa que foi aventada como obrigação do empregador, penso que resulta numa situação complicada, pois pode estimular um mercado privado para bairros de baixa renda que até hoje continua completamente desregulado pelo poder público.

Não podemos correr o risco de só pensar nos trabalhadores pais e mães e não pensar nas crianças. Como será a situação de crianças deixadas sob os cuidados de creches improvisadas sem nenhuma supervisão, subvencionadas com esse tipo de vale creche?

A urgência de regulamentar o direito à creche no local de trabalho

A nossa legislação já prevê essa obrigação do poder público oferecer creches a quem a demanda. A creche continua uma opção dos pais, ela não é obrigatória em nenhum país, e no Brasil – desde a Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (sem falar no ECA) – é um direito da criança e da família. Agora, a creche como um direito social, definida na Constituição como um direito dos trabalhadores homens e mulheres, nunca foi regulamentada.

Na realidade, muitas creches e berçários que existiam em empresas, públicas e privadas, foram fechados ao longo dos anos. Então esse é um aspecto que pode ser considerado nesse momento: não estaria na hora de regulamentar esse direito à creche no local de trabalho, que ficou só no papel? Isso poderia eventualmente servir de ajuda para aliviar um pouco a demanda sobre as prefeituras e liberar vagas nas redes públicas para os pais empregados domésticos.

Educação pública em período integral no Brasil

Outra questão importante tem a ver com o horário integral. Nem sempre o atendimento à criança pequena é em tempo integral. A maioria das pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos funciona poucas horas por dia. Nos primeiros anos do ensino fundamental é a mesma coisa.

Então, esse é outro tema que merece ser discutido nesse momento. Há que se pensar também no ambiente doméstico de trabalho que muitas crianças compartilham com suas mães, nas residências dos patrões. Por exemplo, nos prédios e condomínios, os filhos dos empregados podem usufruir dos espaços de lazer? Essas são questões que tocam em nossa herança escravocrata e que também deveriam ser objeto de reflexão da sociedade.

Políticas públicas para o cuidado com idosos

Na medida em que a população envelhece e as famílias deixam de ser ampliadas para serem mais individualizadas, os cuidadores passam a ser um contingente maior de trabalhadores na sociedade. Seria preciso pensar sobre esse tipo de vínculo também.

Pequenas domésticas, a violação invisível, por Igor Ojeda

(Meia Infância, 04/04/2015) Mais de 250 mil crianças e adolescentes realizam trabalho doméstico no país, situação “aceita” pela sociedade e de difícil fiscalização. Quase 94% desse total são meninas

Todos os dias, quando Cristina* acordava, o mundo ainda estava escuro. Era rotina: inclusive aos sábados e domingos, a garota de 12 anos levantava às quatro e meia da madrugada. Não dava tempo de ficar rolando na cama. Tinha de se aprontar logo e ir ao restaurante da tia ajudar com a arrumação. Só três horas depois, por volta das sete e meia da manhã, é que tomava banho para ir à escola.

Na hora do almoço, voltava ao restaurante, onde ficava até as quatro e meia da tarde limpando, ajudando no caixa, fazendo entrega. Mas seu expediente não terminava aí. Retornava à casa da tia e levava mais duas horas limpando, lavando, passando. Depois, jantava, fazia a lição de casa e ia para a cama. No dia seguinte, às quatro e meia, o despertador tocava...

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2011 haviam pouco mais de 250 mil crianças e adolescentes exercendo trabalhos domésticos por todo o Brasil: 67 mil na faixa 10 a 14 anos, 190 mil na faixa de 15 a 17 anos. Apesar de as trabalhadoras desse setor terem alcançado uma vitória histórica recentemente, com a entrada em vigor, no dia 3, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que garante os mesmos direitos trabalhistas de outros segmentos, o trabalho infantil doméstico ainda carece de visibilidade: especialistas destacam que esse é um problema que, apesar de grave, permanece oculto.

O trabalho infantil doméstico é uma das atividades incluídas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP) criada pelo [decreto 6.481](#), assinado em junho de 2008 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e baseado na Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Constam da relação 89 atividades, com suas descrições e consequências para a saúde de crianças e adolescentes que as desempenham. “Por ter sido incluído na Lista TIP, o trabalho doméstico não pode ser exercido por pessoas que não completaram 18 anos”, explica Isa Oliveira, secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).



Cristina, que aos 12 anos começou a trabalhar de doméstica. (Foto: divulgação/Cendhec)

Mundo escuro

... com o mundo igual de escuro, Cristina acordava, e o martírio se repetia. Alguns meses antes, a pequena pernambucana morava com a mãe, o padrasto e a irmã de dois anos no bairro da Mangueira, no Recife - tinha mais quatro irmãos por parte de pai. Apenas estudava. A mãe,

uma moça de seus trinta anos, era doméstica e sustentava as duas filhas com a ajuda do marido, que fazia coleta de sangue numa clínica na cidade.

Foi então que começou a ter problemas de coluna, o que a impediu de continuar trabalhando. Os gastos foram ficando cada vez mais apertados quando veio a “solução”: a irmã do pai de Cristina estava precisando de alguém para ajudá-la em casa e no restaurante. Mandou a filha com mala e tudo para o novo lar, não muito longe dali, também na Mangueira...

Isa Oliveira cita os dados do Censo 2010 para ilustrar a gravidade da situação. Em todo o Brasil, das estimadas 3,4 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, 7,5% realizam serviços domésticos. A região Centro-Oeste é a de pior incidência em números proporcionais (9%), seguida das regiões Norte (8,5%), Nordeste (8%), Sudeste (7%) e Sul (6%). Ela chama a atenção, no entanto, para a evidente subnotificação de casos.

“Esses dados não expressam toda a dimensão do problema porque o Censo não coleta informações sobre os afazeres domésticos, ou seja, o trabalho infantil doméstico nas próprias casas das crianças. Há uma dificuldade em relação a esse registro, porque na maioria das vezes não é identificado como trabalho, e sim como ajuda. Como as pesquisas são por autodeclaração, muitas vezes o adulto informa que as crianças não trabalham, porque o conceito de trabalho está ligado à remuneração. Porém, no caso de trabalho infantil doméstico, isso não é determinante, não há essa relação direta”, esclarece a secretária-executiva do FNPETI.

Rotina

... Cristina ia caminhando da casa da tia até o restaurante, no Jardim São Paulo, e do restaurante para a casa da tia. Andava também até a escola. Aos sábados, como não precisava estudar, trabalhava o dia todo, até as nove e meia da noite. Aos domingos, cumpria expediente até o meio-dia. Eram poucas as horas livres. Aproveitava para visitar a mãe, mas no mesmo dia à noite tinha de voltar. Afinal, na segunda-feira, às quatro e meia da madrugada... era hora de pegar no batente.

Por todo esse serviço, a menina recebia R\$ 20 mensais. Não reclamava. A mãe tampouco, pois pensava que a irmã do pai de sua filha comprava tudo que ela precisava, como roupas novas. Cristina dava metade do que recebia à mãe, e ficava com a outra metade. Quando precisava de mais dinheiro, pedia ao pai. Para completar, a tia e o marido a tratavam mal diariamente. “Me xingavam de vagabunda porque eu não fazia o trabalho direito. Diziam que como estavam pagando, era para eu fazer direito”, conta. A pequena não aguentava mais...

De acordo com a Pnad 2011, do total das crianças e adolescentes no trabalho infantil doméstico no Brasil, 93,8% são meninas. Chama a atenção também o fato de a grande maioria destas serem negras. Tal perfil, no entanto, não surpreende se levadas em conta as características do trabalho doméstico no país, independentemente da idade de quem o exerce. Na realidade, especialistas apontam que grande parte das domésticas adultas começou a trabalhar antes dos 18 anos. Paulo Lago, do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), de Recife, explica que a desigualdade social e a miséria são as primeiras causas dessa situação. “A mãe prefere entregar a filha para trabalhar numa casa de família a vê-la morrer de fome.”

Isa Oliveira destaca que tais motivações estão ligadas a outros fatores, como o pouco acesso das crianças à educação de qualidade, principalmente nos pequenos municípios da área rural,

e, também, a baixa escolarização dos integrantes adultos das famílias, que não percebem a educação dos filhos como direito e oportunidade. Além disso, há uma forte naturalização do trabalho infantil doméstico no país. “Existe uma espécie de camuflagem da exploração nesses casos. No Nordeste e no Norte, é muito comum crianças serem levadas do interior para casas de famílias nas capitais. A exploração do trabalho fica oculta sob o manto da proteção: ‘a menina veio estudar, tem casa, comida’ etc. É difícil até que a própria família e as crianças compreendam a situação de exploração”, diz Isa.

Violência

... um dia, o marido da tia, um policial, levantou a sandália para Cristina. Mas ela tinha perdido o medo. “Ele ia me bater, mas comecei a xingá-lo, dei um chute nele e fui embora”, lembra. Foi para a casa do avô. A menina continuou indo ao restaurante, mas uma semana depois não apareceu mais. A irmã do seu pai, furiosa, jogou todas suas roupas na rua. Não importava: depois de quase um ano, Cristina estava livre.

Ou quase. No novo lar, continuou a fazer os serviços de casa, para ajudar a esposa do avô. Mas lá a situação era melhor. Era tratada muito bem e recebia R\$ 100 por semana. Acordava mais tarde e ia direto para a escola. Mesmo assim, quando voltava na hora do almoço, trabalhava bastante, pois não era “dispensada” antes de lavar a louça do jantar...



Wanderlino Nogueira Neto recebe o Prêmio Direitos Humanos 2011, do governo federal, na categoria Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Foto: Roberto Stuckert Filho/PR)

Durante o Seminário Internacional Infância e Comunicação, realizado entre 6 e 8 de março deste ano em Brasília (DF), Wanderlino Nogueira Neto, representante brasileiro do Comitê dos Direitos da Criança da ONU, afirmou que em relação ao Nordeste é possível falar até em escravidão nos casos de trabalho doméstico infantil, por causa das condições absurdas a que as crianças são submetidas.

“No Nordeste, infelizmente ainda é comum escravidão no trabalho doméstico, inclusive com castigos físicos”, disse ele, que foi procurador-geral de Justiça da Bahia. “A situação afeta até mesmo familiares. Estamos falando de escravidão mesmo e entre as vítimas estão crianças, incluindo irmãos e irmãs mais novas. É uma situação em que espancamentos são comuns.”

A presidenta da Federação Nacional das Empregadas Domésticas (Fenatrad), a baiana Creuza Maria de Oliveira, sabe bem disso, já que sentiu na pele tais violações desde que começou a trabalhar como doméstica, quando tinha apenas dez anos. “Eu fui vítima de espancamento, de assédio moral, abuso sexual, ato libidinoso... a gente sabe que isso acontece, que no Nordeste as crianças e adolescentes domésticas comem o resto da comida da casa, para não jogar no lixo.” Creuza frisa que as consequências do trabalho infantil doméstico são gravíssimas. A começar pela saúde de quem tem menos de 18 anos, que realizam um tipo de trabalho incompatível com o que seus corpos ainda em desenvolvimento suportam e lidam diariamente com produtos químicos utilizados na limpeza das casas. “Além disso, há o abuso sexual e o assédio moral. A autoestima das meninas fica destruída. Elas crescem com complexo de

inferioridade”, alerta. Isa Oliveira, do FNPETI, lembra que a fadiga causada pelo trabalho e jornada exaustivos comprometem não apenas a frequência escolar como também o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Educação e saúde

... quando estava na casa da tia, Cristina sempre chegava com sono à escola. Invariavelmente perdia as duas primeiras aulas. No fim do ano, ficou de recuperação em três matérias. Mesmo que tenha trabalhado como doméstica por um período curto se comparado com a média, sua saúde não foi poupada. Por trabalhar muito em pé, seja na residência da irmã do pai ou no restaurante, hoje ela sente fortes dores no joelho. “Cheguei a ir ao médico e ele disse que eu preciso operar.”

Cerca de dois meses depois de ir para a casa do avô, uma vizinha entregou a sua mãe um folheto do projeto “Do trabalho infantil à participação”, do Cendhec, que reúne crianças e adolescentes entre 13 e 16 anos, moradores de comunidades de baixa renda do Recife e com histórico de trabalho infantil, para um processo de formação cujo objetivo é inseri-los nos espaços de formulação de políticas públicas relacionadas aos direitos de meninos e meninas. Cristina preencheu o formulário, fez a inscrição e foi selecionada. Voltou para a casa da mãe e parou de trabalhar...

Paulo Lago, do Cendhec, ressalta um aspecto delicado do problema do trabalho infantil doméstico: muitas vezes, é a própria mãe que põe a filha mais velha para tomar conta dos filhos mais novos enquanto sai para trabalhar - isso quando não chamam afillhadas ou filhas de vizinhos. Por isso, ele defende que é papel do Estado não somente tirar as crianças das situações de trabalho infantil, mas também atuar pelo fortalecimento das famílias de baixa renda, como sua inserção em programas sociais e a construção de creches, para que os pais tenham onde deixar os filhos durante o dia. Creuza, da Fenatrad, destaca que, além das creches, é preciso pensar em escolas de tempo integral, onde crianças e adolescentes possam, além de estudar, realizar outras atividades, como esportes e cursos de línguas.



Creuza Maria de Oliveira, presidenta da Fenatrad. (Foto: Valter Campanato/ABr)

Outro grande obstáculo à luta contra o trabalho infantil doméstico, além da precariedade de políticas públicas preventivas, é a extrema dificuldade de fiscalização das situações de vulnerabilidade. “Esse tipo de violação acontece no interior do lar, que é inviolável segundo a Constituição. Por isso é importante que órgãos como Conselhos Tutelares, Ministério Público do Trabalho denunciem esses casos e busquem alternativas e maior divulgação do problema”, diz Isa Oliveira, do FNPETI, cuja campanha contra o trabalho infantil de junho deste ano terá como mote justamente o trabalho doméstico infantil.

Direitos

... No projeto do Cendhec desde junho do ano passado, para onde vai todas as quartas-feiras, Cristina aprendeu, na teoria, as consequências do trabalho infantil. Participou de formações, por exemplo, sobre direitos de crianças e adolescentes, atuação dos Conselhos Tutelares e violência doméstica e sexual. Também esteve em oficinas sobre comunicação, para poder exercitar uma visão crítica sobre os meios de informação.

Aos 14 anos, a menina vê sua vida melhorar. A mãe, após um tratamento bem-sucedido, parou de sentir dores na coluna e voltou a trabalhar - faz serviços gerais em uma creche. Cristina não precisa mais ajudá-la. Hoje, a única obrigação é ir à escola.

* nome alterado para preservar a identidade da entrevistada

Acesse no site de origem: [Pequenas domésticas, a violação invisível, por Igor Ojeda \(Meia Infância, 04/04/2015\)](#)

[Especialistas lamentam autorização do MEC ao fechamento de creches durante as férias](#)

(Agência Patrícia Galvão, 19/03/2013) Entendida como um serviço essencial e de responsabilidade do Estado, a creche é uma das principais demandas das mulheres ao poder público.

O Ministério da Educação (MEC) u hoje pareceres do CNE (Conselho Nacional de Educação) que causaram polêmica nos últimos anos por orientar o fechamento de creches de todo o país, durante o período de férias.

Para especialistas, o entendimento do CNE, agora referendado pelo MEC, se baseia numa grande distorção sobre função desse equipamento: a creche é um serviço público essencial e que, portanto, não deve ter as portas fechadas. Veja as opiniões de especialistas:

Não se encara a creche como um serviço essencial



Arlene Ricoldi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e presidente da União de Mulheres de São Paulo - tel. (11) 9411.2007

“As creches foram reivindicadas pelos movimentos de mulheres porque elas precisavam trabalhar fora e deixar os filhos em algum lugar. Com o decorrer dessa luta, mudou a perspectiva de que creche era um direito da mulher trabalhadora para a de um direito da criança à educação. Isto foi um grande ganho, mas, em determinado momento, se desfez o elo entre a política de creches e a necessidade das mulheres de trabalhar, o que gera benefício para as famílias. E não se pode perder de vista que a creche é uma política que auxilia a articulação entre o mundo do trabalho e o da família.”

As crianças precisam ser atendidas e é fundamental que haja uma forma alternativa para os

períodos de férias: esquema de plantão, revezamento de funcionários etc. Caso contrário, a mãe e o pai que trabalham têm de recorrer a parentes, amigos, ou despende um dinheiro extra - que muitas vezes eles não têm - para deixar com terceiros.

Seria excelente se os brasileiros pudessem trabalhar menos, desfrutar de férias com os filhos e ter mais tempo para lazer. Mas essa não é a realidade do país. Ao contrário, a política atual é de incentivo ao trabalho para o maior desenvolvimento do país. O trabalho para as mulheres é particularmente importante, pois possibilita que elas tenham mais autonomia. A decisão sobre o fechamento das creches prejudica, sobretudo, as mulheres - apesar de a responsabilidade de cuidado das crianças ser da família, a sobrecarga ainda recai mais sobre a mulher. Nessa perspectiva, supõe-se sempre que as mulheres trabalham por opção, para ajudar no orçamento doméstico. O trabalho da mulher como auxílio ao orçamento principal, que seria o do homem, não é mais verdadeiro. Hoje, 35% das famílias são chefiadas por mulheres sem a presença de um companheiro. Como tradicionalmente a mulher ganha menos do que o homem, a renda dessa família, portanto, é mais baixa. Ao não possibilitar que essa mulher trabalhe livremente, o Estado está contribuindo para que essa renda diminua ainda mais. Não se encara a creche como um serviço essencial por ser um serviço ainda relacionado às necessidades da mulher, segmento não valorizado pelos governantes.

Ficaram órfãs as famílias. A confirmação do parecer do CNE, autorizando o fechamento das creches durante as férias, não deixa de ser muito preocupante. Apesar de reconhecer a necessidade das famílias em ter suas crianças cuidadas e atendidas durante esse período, retira das creches essa responsabilidade. A pergunta que não quer calar: que outro organismo, instituição ou espaço, no âmbito público, existe para atender essas crianças, senão a creche? Na prática, as famílias estão desassistidas e não há garantia nenhuma que outra política possa atender essas famílias. É muito duvidoso que as prefeituras, desobrigadas de manter as creches abertas no período de férias, criem políticas que resolvam esse problema.”

Parecer afronta o ECA



Bruno Dias Napolitano, defensor público do Estado de São Paulo
Assessoria de imprensa: (11) 3101.8173
- imprensa@defensoria.sp.gov.br

“Na Constituição Federal, a creche tem dupla finalidade: garantir ao trabalhador que seu filho fique em segurança enquanto ele exerce sua função e garantir à criança, nessa primeira etapa da vida, o desenvolvimento de seu conhecimento. Não se pode descartar nenhuma delas. O parecer do CNE não só ignorou o caráter assistencial, mas foi uma afronta à decisão judicial do Tribunal de Justiça de São Paulo e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança não pode ser submetida a nenhuma situação de risco da sua integridade física. Quando o governo não cria condições para que os pais possam obter rendimento e reverter bens para os familiares, coloca a criança em risco. Se os pais têm de trabalhar, em contrapartida, os filhos têm de ficar em um lugar seguro, cuidados por profissionais da área. Além disso, o trabalhador é livre e tem o direito de se organizar e tirar férias quando ele quiser e não quando o Estado estipular.

Retomar esse entendimento do CNE é um retrocesso para as famílias e sinal que a opção escolhida é não criar nenhuma alternativa para a população carente.”

>> SAIBA MAIS: Importância das creches

Pesquisa realizada pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia revela que a creche é uma das principais demandas das mulheres. Segundo os dados levantados, 88% das entrevistadas apontam a creche como uma das principais demandas ao poder público; e 45% das mulheres que trabalham não têm ajuda para cuidar dos filhos. Isso sem considerar a possibilidade de fechamento durante as férias - o que pode agravar ainda mais esse quadro.

Acesse apresentação da pesquisa: [Creche como demanda das mulheres - DATA POPULAR/ SOS CORPO](#)

Indicação de fontes sobre a pesquisa:

Maria Betânia Ávila - pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
tels.: 81 3087.2086 / 9915.8211

Verônica Ferreira - pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
tels.: 81 3087.2086 / 9932.2794

Pesquisa Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente

(Agência Patrícia Galvão) Pesquisa feita pelo Data Popular em parceria com o SOS Corpo - Instituto Feminista pela Democracia comprova que a maior participação das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, nem na oferta de políticas públicas.

Foram entrevistadas 800 mulheres de nove capitais brasileiras, além de Brasília, com idade entre 18 e 64 anos e que possuíam algum tipo de trabalho remunerado. A pesquisa foi realizada entre os dias 29 de junho de 2012 e 7 de julho de 2012.

O estudo aponta uma percepção majoritária entre as entrevistadas (91%) quanto à importância do trabalho remunerado. As mulheres consideram que o trabalho remunerado é fundamental em suas vidas, mesmo admitindo que sua rotina de trabalho é extenuante por serem elas também as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos.

Ao falarem de seu dia a dia, as entrevistadas enfatizam a multiplicidade de tarefas, funções e responsabilidades que têm que enfrentar cotidianamente. Fica clara a longa e cansativa rotina de uma mulher que, além do trabalho remunerado, também cuida da casa, é esposa e mãe.

“As alterações ocorridas no mundo do trabalho, como demonstra a pesquisa, não levaram a mudanças significativas na divisão sexual do trabalho. O que se observa é que essa divisão do trabalho permanece, produzindo consequências que afetam diretamente as mulheres, que continuam como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Falta de tempo e grande sobrecarga marcam seu cotidiano. Os homens e o Estado, segundo os resultados da pesquisa aqui apresentada, pouco contribuem para a mediação das jornadas”, avaliam a pesquisadora, Maria Betânia Ávila do SOS Corpo.

Em cada dez entrevistadas, sete consideram que o trabalho do homem não é mais importante que o da mulher. E 63% concordam com a afirmação de que “as mulheres sempre ganham menos do que os homens”.

Para as entrevistadas, os maridos dão mais trabalho do que ajudam. E para as mulheres casadas das classes C e D, isso é mais evidente: 64% e 61%, respectivamente.

A maioria expressiva das entrevistadas das classes D e E (78%) declaram não possuir máquina de lavar roupa; nas classes C são 47% e na classe AB, apenas 17%.

As entrevistadas apontam a existência de uma tensão entre ter um trabalho remunerado, que dá autonomia, e ter que se afastar das responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. Sobre a concordância com a frase: “Se eu pudesse, eu pararia de trabalhar para cuidar da casa”, observa-se que, quanto menor a renda, maior a vontade de parar de trabalhar: 59% expressam esse desejo na classe D; 37% na classe C; e 32% na classe AB.

Entre as entrevistadas, sete em cada dez mulheres sentem que falta tempo no dia a dia, especialmente para cuidar de si. E três em cada quatro consideram sua rotina extremamente cansativa. Nos finais de semana 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas.

Creche e transporte lideram entre as principais demandas das mulheres para o poder público. A pesquisa revela que encontrar vaga em creche é a principal dificuldade para as mulheres que têm trabalho remunerado. A demanda por creche não varia de acordo com a classe social (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

Para a promoção da autonomia econômica e a liberação de tempo no cotidiano das mulheres, é preciso que as políticas públicas considerem a desigualdade de gênero. As entrevistadas apontam que uma maior cobertura das creches públicas, com horário de funcionamento integral, e transporte público de melhor qualidade iriam ajudar muito no dia a dia.

Veja pesquisa na íntegra [Trabalho remunerado e trabalho doméstico - uma tensão permanente](#)

[Acesse a apresentação da pesquisa: Apresentação da pesquisa - Data Popular](#)

[Enquete: Quanto você realmente trabalha?](#)

73% das mulheres realizam as tarefas domésticas

A pesquisa **Trabalho remunerado e trabalho doméstico -uma tensão permanente**, realizada em 2012 pelo Data Popular/SOS Corpo/Instituto Patrícia Galvão, mostrou que 73% das mulheres realizam tarefas domésticas nas suas próprias casas. Entre as entrevistadas das classes C e D, 78% declararam não possuir máquina de lavar roupa. Outro dado que chama a atenção é que a demanda por creche não varia entre as diversas classes sociais (classe AB 36%; classe C 33%; e classe DE 34%).

A pesquisa contou com o apoio da ONU Mulheres.

[Conheça os dados completos.](#)

[Acesse aqui a apresentação da pesquisa elaborada pelo Data Popular.](#)